DESAFIOS PARA A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA PRISIONAL

1. O Estado Democrático de Direito brasileiro X Estado Penal: desdobramentos para a Psicologia Brasileira.

A atual concepção de Estado baseia-se na compreensão de que toda a estrutura estatal deve voltar-se para a promoção e proteção dos direitos humanos (civis, políticos, sociais, econômicos, culturais, difusos e coletivos). O Estado de Direito brasileiro, fundamentado pela Constituição de 1988, reconhece e protege tais direitos, ao estabelecer que “*são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados*”¹.

Contudo, no que se refere às políticas penais, a Constituição e o desenvolvimento de Estados Democráticos de Direito tem sido demarcados pela preponderância da lógica penalista e de um Direito Penal autoritário na relação com o fenômeno da criminalidade, delineando uma realidade que tem sido destacada por diversos autores de maneira característica: *Estado Penal* (WACQUANT), *Estado de Exceção* (AGAMBEN), *Estado de Polícia* (ZAFFARONI), *Estado Terrorista* (IANNI), entre outros.

Dessa forma, a questão penal e de segurança pública constitui-se em um eixo importante para compreender a sociedade brasileira contemporânea, pois, para além da função punitiva e disciplinar, ela representa a maneira pela qual vem se constituindo uma gestão política, econômica e social, revelando um *modus operandi* do Estado ao lidar com as questões sociais e com a população empobrecida. Eis uma das contradições que revelam o movimento atual da sociedade brasileira, pois há a introdução da “*(...) dinâmica da guerra no Estado de direito, como uma exceção à sua regra ou princípio, sabendo ou não sabendo (a intenção pertence ao campo ético) que isso leva necessariamente ao Estado absoluto (...)*” (ZAFFARONI, 2007, p. 25).

Diante desse panorama, faz-se mister destacar que alguns avanços foram alcançados no tocante à política penal e de segurança pública, motivados, principalmente, pela mobilização de setores organizados da sociedade civil. Embora não definam a política penal hegemônica, há exemplos como a justiça restaurativa, as penas

¹ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988) Art. 5º, *Caput*.

alternativas, as instâncias de mediação de conflitos, o direito ao processo eleitoral entre adolescentes em medidas sócio-educativas de internação e presos provisórios, a luta pela garantia de direitos fundamentais (saúde, educação, trabalho) aos indivíduos em privação de liberdade, entre outros.

É exatamente no bojo desta contradição que se desenvolve a atuação do Psicólogo no Sistema Prisional. Assim, a seguinte questão nos é imperativamente colocada: **QUAL A CONTRIBUIÇÃO QUE A PSICOLOGIA PODE DAR NO CAMPO DA EXECUÇÃO PENAL, TENDO EM VISTA AS CONTRADIÇÕES EXISTENTES NAS INSTITUIÇÕES PENAIS?**

Esse questionamento colocou a Psicologia Brasileira, de maneira sistemática desde 2004 por meio das ações do Sistema Conselhos de Psicologia, diante do necessário enfrentamento das possibilidades éticas e técnicas de atuação no sistema prisional. Dessa forma, é objetivo deste Fórum Nacional pactuar os avanços alcançados a respeito da atuação do psicólogo no sistema prisional, os quais foram construídos coletivamente pela categoria em diversos momentos na relação com o Sistema Conselhos, com entidades da Psicologia, com a Universidade, Poder Público e Sociedade Civil, delineando os aspectos ético-técnicos desta atuação.

2. Aspectos históricos sobre a atuação do psicólogo no sistema prisional

Em relação à especificidade da atuação no sistema prisional, a prática do psicólogo foi se dando empiricamente ao longo dos anos, sem uma formação específica nesse campo de intervenção, já que não era uma discussão privilegiada nos meios acadêmicos. Cada um, ao seu estilo próprio e as condições institucionais de sua inserção nos estabelecimentos prisionais, buscou a sua forma de atuar, tendo como função principal (designada pela legislação legal) a realização de exame criminológico.

Dessa forma, a prática e a investigação psicológica no âmbito prisional foram, desde seu nascimento, influenciadas pelo modelo médico-psiquiátrico. Para compreender a influência médica sobre a Psicologia é preciso mencionar aspectos sobre a história da Psicologia no Brasil. Segundo Antunes (2001), no final do século XIX, tanto a Psicologia quanto a sociedade brasileira sofreram transformações importantes, objetivando atribuir à Psicologia caráter científico e autônomo aos moldes das práticas e concepções constituídas na Europa e nos Estados Unidos e à economia brasileira, pretendia-se torná-la industrial a fim de conduzir o país ao progresso e à modernidade.

Tais transformações acentuaram as diferenças sociais existentes, bem como criaram condições para o agravamento de problemas sociais na área da saúde, saneamento básico e trabalho.

Sob influência das ideias liberais e positivistas, intelectuais brasileiros aspiravam ao desenvolvimento da ciência, da indústria, do progresso e, ao mesmo tempo, a estabelecer a ordem, afastando os indesejados sociais ou desviantes considerados causadores da desordem, como negros alforriados, imigrantes, loucos, pobres e autores de delitos. Com o objetivo de intervir nessa realidade social, os intelectuais delegaram às instituições médicas essa missão, ao considerarem as bases teóricas e metodológicas da medicina altamente pertinentes ao pensamento vigente da época.

No interior dessas instituições médicas, ligas, hospícios, hospitais para alienados e colônias foram desenvolvidos estudos dos fenômenos psicológicos fundamentados nos pressupostos científicos da época, pois cada vez mais a Psicologia assumia característica de ciência autônoma, diferenciando-se de outras áreas do saber como a Psiquiatria e, ao mesmo tempo, mantendo relação estreita com ela. O enfoque da intervenção das instituições médicas era o controle dos indivíduos com comportamentos considerados nocivos à sociedade, adoção de ações imediatas e profiláticas de higiene geral e mental.

A concepção de homem presente no paradigma etiológico se fundamenta na dicotomia entre indivíduo e sociedade, portanto a constituição do indivíduo é compreendida independente das condições concretas nas quais está inserido. Esta modalidade de pensamento, ao negar o aspecto histórico e social da constituição do sujeito, contribui para sedimentar ainda mais a explicação do comportamento criminoso e suas motivações com enfoque no indivíduo, sua personalidade e características orgânicas.

Ora, se o problema localiza-se exclusivamente no indivíduo, torna-se possível demarcar o normal e o patológico; o indivíduo criminoso (o perigoso) e o não-criminoso (não perigoso), enfim, estabelecer um pensamento bipolar para análise da realidade social e de seus problemas. Além do mais, o conhecimento científico produzido a respeito do indivíduo delinquente adquire status de verdade que passa a representar esse indivíduo como um todo, por consequência, lhe é atribuída uma marca social, portanto, um estigma, que o acompanhará mesmo que não realize mais atos criminosos. Essa é consequência da utilização da racionalidade das ciências naturais para compreensão do ser humano.

Muitos estudiosos passaram a questionar a utilização dos conceitos das ciências naturais para a compreensão do homem e da realidade, o que reduziria a complexidade da existência e da realidade social. Esse questionamento provocou o surgimento de outros paradigmas e fundamentações teóricas em várias áreas do saber, inclusive na Psicologia e na criminologia.

Atualmente, outro dilema a ser enfrentado reside na relação da Psicologia com o sistema de Justiça. Segundo Popolo (1996), uma modalidade de relação entre a Psicologia Jurídica e o Direito é o modelo de subordinação. Nesse caso, Psicologia Jurídica torna-se uma Psicologia aplicada para atender à demanda jurídica e assim contribuir para o melhor exercício do Direito. O mesmo tipo de subordinação ocorre entre Psicologia e Psiquiatria forense, na qual o saber psicológico está a serviço da Psiquiatria, assumindo a função de assessor. Portanto, o psicólogo atua como auxiliar do médico e contribui na elaboração do diagnóstico clínico, no entanto, o responsável pela avaliação é o médico e não o psicólogo.

Esse mesmo autor (Popolo, 1996) não identifica problema no fato de a Psicologia Jurídica atender às demandas do âmbito jurídico, nem de responder às suas perguntas; a questão é não permitir a estagnação da Psicologia Jurídica nesse tipo de relação. Mesmo que a prática psicológica seja limitada numa instituição jurídica, importa ao pensamento psicológico transcender às solicitações do mundo jurídico. Também importa refletir sobre a possibilidade de responder, sob o ponto de vista psicológico, a todas as perguntas lançadas pelo jurídico. Nesses termos, a questão a ser considerada diz respeito à correspondência entre prática submetida e conhecimento submetido. Um se traduz no outro.

Por fim, a outra modalidade de relação entre a Psicologia Jurídica e o Direito é a de complementaridade, caracterizada pela interseção entre o conhecimento psicológico e o jurídico. Dessa forma, pode haver diálogo e interação entre os saberes.

No entanto, focalizando a área penal, a modalidade de relação predominante entre o judiciário e a Psicologia é de subordinação. Muitas vezes, juízes chegam a indicar o instrumento a ser utilizado numa avaliação psicológica. Mesmo diante da alteração da Lei de Execução Penal (LEP), fato a ser tratado na seqüência deste capítulo, há juízes, resistentes a essa alteração, que continuam solicitando aos psicólogos exame criminológico para concessão de benefícios ou progressão de regime, exigindo ainda prognóstico quanto à reincidência criminal.

Retomando as ideias de Popolo (1996), é possível à Psicologia responder à expectativa do direito penal sobre a possibilidade de reincidência criminal diante da complexidade de tal fenômeno? Seria ético realizar um exame com a concepção dada pela LEP (determinista e biologizante) podendo trazer graves consequências sobre a vida das pessoas examinadas? Por mais que a LEP preconize a reinserção social do indivíduo preso, a herança do pensamento segregacionista, fundamentado na concepção de binômios (normal/patológico, criminoso/não criminoso), permanece. Enquanto não compreendermos a criminalidade e seus autores como integrantes sociais e determinados socialmente, embora tenham expressão individual, será difícil conceber ao preso outra personalidade social que não seja a de preso. A prática psicológica manter-se-á restrita, o judiciário, por seu turno, continuará a exercer de modo mais significativo a garantia da defesa social (de uma parte da sociedade).

3. Marcos legais para a atuação do psicólogo no sistema prisional

Uma profissão regulamentada tem compromissos com a realidade social e com o modo como essa profissão é ofertada à população, ela não é apenas um bem de consumo, um serviço oferecido ou uma atividade de trabalho, ela é um bem social. A profissão de psicólogo foi regulamentada com a promulgação da Lei 4.119 de 27/08/62, que, ao delegar deveres e atribuir direitos, colocou o psicólogo o único profissional habilitado para utilizar métodos e técnicas psicológicas, já indicando um compromisso desse profissional com a formação e qualificação para a utilização desses métodos e técnicas.

Outra especificidade das profissões regulamentadas é a criação de uma instância fiscalizadora, no caso da Psicologia, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), criado via lei 5.766/71, com a atribuição de regulação do exercício profissional, qualificado como entidade que tem o dever de definir o limite de competência do exercício profissional.

Nessa atribuição de fiscalizar e normatizar o exercício profissional do psicólogo, o CFP, por meio de suas instâncias deliberativas, publica resoluções (marcos legais para atuação do psicólogo) que tratam de especificidades do exercício profissional, sempre amparado no Código de Ética Profissional, nas legislações vigentes correlatas e no imperativo dos Direitos Humanos.

Também constitui marco legal para a atuação do psicólogo no sistema prisional a Lei de Execução Penal, publicada em 1984, e que previu a formalização da atuação do

psicólogo em dois momentos: (1º.) nos pareceres da Comissão Técnica de Classificação (CTC) e (2º.) nas manifestações do Centro de Observação Criminológico (COC).

Nesse sentido, a LEP cria dois mecanismos distintos para atuação do psicólogo no sistema penal, em situações igualmente distintas: (a) exame diagnóstico, com objetivo de elaboração do projeto individualizador e (b) exame prognóstico, voltado à instrução dos incidentes do processo de execução penal.

O trabalho designado para a Comissão Técnica é o da análise inicial do apenado e elaboração do programa individualizador da pena privativa de liberdade, nos casos de condenados ao regime fechado e semi-aberto (Artigos 5º, 6º, 8º e Parágrafo único da LEP). Tal fundamento é reforçado pelos artigos 34 e 35 do Código Penal, que igualmente determinam a realização de exame criminológico de classificação no início do cumprimento da pena privativa de liberdade.

Assim, de acordo com o texto legal vigente desde 2003 (Lei 10.792/03), caberia à Comissão, com caráter interdisciplinar, a atribuição de:

- 1) Realização de exame criminológico diagnóstico, com a conseqüente ??????
- 2) Propositura do programa individualizador

Vale destacar que em nenhum outro trecho da LEP há referência ao psicólogo, nem na assistência, portanto, a prática psicológica como prevista na LEP vincula-se a elaboração dos exames, além do programa individualizador e do acompanhamento individualizado da pena. Entretanto, no cotidiano das prisões a prática psicológica se resringiu à elaboração do exame criminológico que geralmente era realizado durante o cumprimento da pena.

Essa limitação da atuação do profissional psicólogo possui relação com o histórico da Psicologia nas prisões que foi atrelada ao modelo médico, ao positivismo científico, assim como nos referimos anteriormente. O conhecimento psicológico a respeito dos reclusos produziu elementos para melhor controlá-los e, assim, contribuir para ratificação da disciplina social. Cabe ressaltar que o conteúdo das perícias psicológicas, por vezes, se referia aos aspectos negativos da personalidade do examinando, geralmente, não se mencionavam capacidades e potencialidades, ao contrário, constatava-se a patologização do indivíduo. O estudo também desconsiderava a intersecção entre os aspectos subjetivos do preso e o ambiente prisional.

Outro fator importante que contribuiu para a ratificação da ação laudatória dos psicólogos se refere à própria finalidade social da prisão, bem como às relações

estabelecidas entre os atores dessa instituição. Se ao psicólogo cabia, juntamente com os outros membros da CTC, elaborar o programa individualizador a ser desenvolvido no decorrer da pena, sendo a finalidade última a reinserção social do indivíduo recluso, a prisão deveria ser um ambiente que propiciasse esse trabalho, entretanto, sua origem histórica nega essa possibilidade. Por essa razão, não foi sem fundamento que a atuação psicológica se tornou marcadamente pericial. Por fim, seguindo essa linha de análise sobre a atuação do psicólogo nas prisões, destacamos o papel do judiciário representado na figura do juiz da execução e dos promotores. Considerando a característica do Direito positivo e a relação estabelecida entre as ciências humanas (Psiquiatria e Psicologia) e o direito, os laudos tornam-se úteis à garantia da defesa social, portanto úteis ao controle social formal exercido pelo sistema punitivo.

Em relatos de psicólogos é comum a menção ao fato de o juiz, ao indeferir um benefício, citar trechos do exame criminológico como fundamento de sua decisão. Outra questão referente ao relacionamento entre Psicologia e Judiciário é a expectativa, por parte do Judiciário, de que as conclusões desses exames sejam assertivas, de acordo com o espírito do Direito penal positivo. Esses fatos nos levam a retomar a seguinte indagação: a Psicologia desenvolvida nas prisões responde ao Judiciário e à sociedade conforme suas expectativas? Para refletirmos adequadamente sobre tal questão, devemos considerar ainda a complexidade da inserção do psicólogo no sistema prisional, como veremos a seguir.

Além da CTC, que atuaria no início e durante a execução da pena, realizando o diagnóstico, propondo e executando o projeto individualizador, a LEP também determinou a criação de uma unidade autônoma do estabelecimento penal, que é o Centro de Observação Criminológica (COC).

Se cabe à CTC o exame diagnóstico, o COC seria responsável pela elaboração do exame prognóstico, ou seja, a perícia criminológica que é prova voltada ao convencimento judicial em suas decisões sobre os incidentes de execução penal (p. ex. progressão de regime, livramento condicional). Dessa forma, os dois corpos técnicos multidisciplinares previstos na LEP (CTC e COC) são autônomos, com funções e composições distintas.

Importante destacar que a Lei de Execução Penal, apesar da delimitação dos campos distintos de atuação, incorre em paradoxo quando permite que o exame para subsidiar decisão judicial seja realizado pela Comissão de Classificação em caso de inexistência de Centro de Observação. E é exatamente neste paradoxo que se percebe a

dificuldade de os atores jurídicos compreenderem os limites ético-profissionais de atuação do psicólogo no sistema penal.

Há um sentido de a Lei de Execução criar dois órgãos distintos (CTC e COC), pois, no caso da Psicologia, o trabalho do profissional que acompanha o cotidiano do preso não é, nem poderia ser, o de perito onipresente. Se cabe ao profissional elaborar o programa individualizador e atuar no acompanhamento do condenado, imprescindível o estabelecimento do vínculo de confiança. Ademais, cabe ao profissional da Psicologia, no acompanhamento do preso, atuar no sentido de proporcionar ao condenado o fortalecimento dos laços sociais, o resgate de sua cidadania e a inserção na sociedade extramuros e, conforme determina a Legislação que regula a execução penal, “*observando a ética profissional*” (art. 9º da LEP).

O psicólogo deve atuar prestando assistência psicológica, sendo garantida, inclusive, a confidencialidade das informações, nos termos do art. 9º do Código de Ética Profissional do Psicólogo. Logicamente, como define a Lei de Execução, o profissional inserido no sistema prisional pode prestar informações dentro dos limites da ética profissional estabelecidas no referido Código de Ética.

Há que se reforçar, portanto, esta diferença entre as duas esferas de intervenção do psicólogo na Execução Penal – (a) exame diagnóstico e acompanhamento profissional e (b) exame pericial prognóstico.

Aliado a isso, está a compreensão de que é cabível no processo de execução penal o requerimento e o deferimento de perícia psiquiátrica ou psicológica no condenado (mesmo se inexistissem as Súmulas ou qualquer dispositivo legal que se referisse ao exame criminológico). Isso porque a natureza da execução penal é processual e, em consequência, o juiz deve decidir sobre os incidentes processuais de forma fundamentada, conforme sua livre convicção, amparado em prova processual válida.² A possibilidade de produção probatória em contraditório é decorrência do princípio da jurisdicionalização da execução penal, instituído pela Lei de Execução Penal, com objetivo de minimizar o arbítrio da administração prisional. Nesse contexto, são admitidas legalmente como provas no processo penal a testemunhal, a documental e a pericial e, dessa forma, é lícito às partes postularem e ao juiz deferir a realização da perícia criminológica.

² “O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas” (art. 155, *caput*, Código de Processo Penal).

No entanto, certas vedações são igualmente previstas em Lei, como por exemplo, a de o juiz utilizar exclusivamente o laudo como fundamento de sua decisão³ (decisão adesiva); ou de o julgador admitir no processo, e utilizar como peça informativa da decisão, exame prognóstico que não respeite minimamente os requisitos formais e materiais. Estes argumentos e os marcos legais apresentados serão retomados ao tratarmos da atuação psicológica na função de perito na Execução Penal.

Em relação à **atuação psicológica no exame diagnóstico**, há que se aprofundar sobre as limitações e impossibilidades éticas e técnicas de elaborar avaliação psicológica a partir dos pressupostos do denominado exame criminológico. A própria LEP, ao explicar o exame criminológico, confunde as finalidades para quais pode ser utilizado, tais como exame diagnóstico ou prognóstico. Conforme a Exposição de Motivos da LEP (nº 213, de 9 de maio de 1983), o exame criminológico trata-se de *“uma investigação médica, psicológica e social”* que *“parte do binômio delito-delinquente, numa interação de causa e efeito (...) sob as perspectivas da causalidade e da prevenção do delito”*. Ainda, na Exposição de Motivos da LEP, temos que o exame criminológico: *“se orientará no sentido de conhecer a inteligência, a vida afetiva e os princípios morais do preso, para determinar a sua inserção no grupo com o qual conviverá no curso da execução da pena”* (nº 31).

Nota-se, portanto, a ambiguidade no texto da LEP em relação às finalidades e aos momentos da Execução da Pena em que se realizará o exame criminológico: ora como exame diagnóstico de entrada, para construção de subsídios para o projeto de individualização da pena, ora como exame prognóstico para concessão de benefícios e liberdade condicional. Cabe-nos, pois, discriminar tais questões, tendo em vista a necessidade de uma prática qualificada e compromissada eticamente do psicólogo no contexto da execução da pena.

Embora apresente uma atuação multidisciplinar (nem sequer interdisciplinar) na elaboração de tal exame diagnóstico, o texto legal ao se referir ao binômio delito-delinquente, reflete o pensamento de uma criminologia positivista e biologizante que busca no indivíduo as razões para o delito, individualizando a responsabilidade, ocultando os processos de produção social da criminalidade e os determinantes da própria execução penal. Ao tratar o crime como uma categoria natural e buscar encontrar suas motivações na história da vida dos ‘criminosos’, *“circula-se*

³ “O juiz não ficará adstrito ao laudo, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte” (art. 182, Código de Processo Penal).

tautologicamente sobre este tipo de raciocínio: se tenho diante de mim alguém que está preso e condenado, este alguém só pode ser criminoso e, como criminoso, só pode ter história de criminoso” (Rauter, 2003, p. 91).

Na abordagem da criminologia positivista qualificava-se o criminoso como perigoso, não como estado do ser, mas sim como ser, pois tal caráter vincula-se às determinações orgânicas. Por essa razão o indivíduo em questão deveria ser segregado pura e simplesmente. Sem dúvidas a LEP traz em seu espírito a concepção do criminoso como nocivo, por isso a aplicação da pena com caráter retributivo. No entanto a finalidade da pena não deve se reduzir a isto, ao contrário, deve buscar alternativas adequadas àquele indivíduo para promover a reinserção social.

Esta definição posta pelo marco legal sobre o exame criminológico, compreendido aqui em sua função de exame diagnóstico (conforme consta como papel da CTC na LEP), contrapõe-se frontalmente aos avanços que a Psicologia consolidou no que diz respeito à Avaliação Psicológica, senão, vejamos. (Falta algo?)

O Conselho Federal de Psicologia, em diálogo com a categoria, Academia, Associações e Entidades da Psicologia Brasileira, publicou recentemente textos orientadores e Resoluções que versam sobre a prática da Avaliação Psicológica (Resolução nº 007/2003, que institui o *“Manual para elaboração de documentos escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica”*; a *“Cartilha sobre a Avaliação Psicológica”*, publicada em 2007; e o livro *“Avaliação Psicológica: Diretrizes na regulamentação da profissão”*, publicado em 2010). Nesses documentos, temos a seguinte compreensão a respeito da atuação em Avaliação Psicológica:

A avaliação psicológica é um processo técnico e científico realizado com pessoas ou grupos de pessoas que, de acordo com cada área do conhecimento, requer metodologias específicas. Ela é dinâmica e constitui-se em fonte de informações de caráter explicativo sobre os **fenômenos psicológicos**, com a finalidade de subsidiar os trabalhos nos diferentes campos de atuação do psicólogo (...). Trata-se de um estudo que requer um planejamento prévio e cuidadoso, de acordo com a demanda e os fins aos quais a avaliação destina-se. (CFP, *Cartilha sobre a Avaliação Psicológica*, p.8, 2007) grifo nosso.

Os resultados das avaliações devem considerar e analisar os condicionantes históricos e sociais e seus efeitos no psiquismo, com a finalidade de servirem como instrumentos para atuar não somente sobre o indivíduo, mas na modificação desses condicionantes que operam desde a formulação da demanda até a conclusão do processo de Avaliação Psicológica. (...) Princípios técnicos: o processo de avaliação psicológica

deve considerar que os objetos deste procedimento (as questões de ordem psicológica) tem determinações históricas, sociais, econômicas e políticas, sendo as mesmas elementos constitutivos no processo de subjetivação. (Resolução CFP nº 07/2003)

É importante considerar que o trabalho do psicólogo, ao realizar processos de investigação psicológica (para finalidades científicas e profissionais) é concebido em um plano descritivo-interpretativo, que envolve rigor na descrição do objeto de investigação (ou demanda) e dos aspectos apurados, além de sensibilidade e percepção apurada de fatos e processos subjetivos envolvidos.

No âmbito da intervenção profissional, os processos de investigação psicológica são denominados de avaliação psicológica, descritos em termos de suas modalidades – psicodiagnóstico, exame psicológico, psicotécnico ou perícia. Avaliação psicológica, portanto, é um produto do exercício profissional dos psicólogos, que envolve, necessariamente, a elaboração de um informe psicológico, ou seja, um documento escrito que tem por finalidade comunicar os resultados e conclusões da avaliação realizada acerca de fenômenos psicológicos. E aqui, cabe lembrar que, embora produzam efeitos sobre a subjetividade, o crime, a reincidência e a periculosidade não são fenômenos psicológicos.

Diante dos argumentos apresentados, compreende-se que a atuação do psicólogo nas CTCs realizando o exame diagnóstico não pode se dar nos moldes postos pelo exame criminológico, pois este é definido pela construção do *nexo causal a partir do binômio delito-delinquente* e a Avaliação Psicológica, necessariamente, deve partir da compreensão processual da constituição psicológica. Não obstante, reside a necessidade de avançarmos para uma prática interdisciplinar na Avaliação, bem como a discussão a respeito das informações que devem ser partilhadas pela equipe que irá desenvolver o plano individualizador da pena e o acompanhamento dos indivíduos presos.

Em relação ao **acompanhamento profissional** e à atuação na Assistência Psicológica aos presos, os profissionais do Executivo e do Judiciário tem como importante referência o Plano Nacional de Saúde do Sistema Prisional (PNSSP), criado a partir de Portaria Interministerial (Ministério da Saúde e Ministério da Justiça) nº 1.777/2001. Este Plano foi revisado recentemente e está sob consulta pública, vigente até 27/11/2010, contudo, suas diretrizes (emanadas dos princípios do SUS) devem ser consideradas:

4.1. Integralidade

- As equipes de saúde no sistema penitenciário devem estar orientadas e capacitadas para prestar atenção integral à saúde da população privada de liberdade contemplando a promoção da saúde e o controle dos agravos prevalentes;
- A gestão das ações de saúde no sistema penitenciário deverão estabelecer uma dinâmica inclusiva para atender às demandas emergentes ou antigas, em todos os níveis de atenção;
- A atenção integral à saúde da população privada de liberdade refere-se ao conjunto de ações de promoção, proteção, assistência e recuperação da saúde executadas nos diferentes níveis de atenção à saúde (da básica à alta complexidade).

4.2. Intersetorialidade

- As ações de saúde no sistema penitenciário deverão ser compreendidas em sua dimensão mais ampla objetivando a criação e a ampliação das condições necessárias ao exercício dos direitos das pessoas privadas de liberdade no âmbito do SUS e em parceria com outros setores governamentais, especialmente segurança, justiça, trabalho, previdência social e educação.

4.3. Hierarquização

- A atenção integral à saúde da PP [pessoa presa] é responsabilidade dos três níveis gestores, de acordo com as competências de cada um.

4.4. Humanização

- As práticas em saúde deverão nortear-se pelo princípio da humanização, aqui compreendida como atitudes e comportamentos do profissional de saúde que contribuam para reforçar o caráter da atenção à saúde como direito;
- O atendimento à saúde da população penitenciária deverá nortear-se pelo respeito a todas as diferenças sem discriminação de qualquer espécie e sem imposição de valores e crenças pessoais por parte dos profissionais de saúde;
- Esse enfoque inclusivo deverá ser incorporado aos processos de sensibilização e capacitação para humanização das práticas em saúde.

4.5. Participação Social

- A elaboração, execução e avaliação das ações de saúde para a população penitenciária deverão ser estimuladas e apoiadas pela participação da sociedade civil organizada.

Além disso, de acordo com o texto em vigor que está sob consulta pública do PNSSP, a atuação em equipe interdisciplinar (Médico, Psicólogo, Assistente Social, Odontólogo, Enfermeiro, Auxiliar ou Técnico em Enfermagem), pressupõe que os profissionais, convivendo com as pessoas em privação de liberdade, possam induzir mudanças significativas no Sistema Penitenciário Brasileiro. Apresenta-se, portanto, na seara da assistência à saúde, um vasto campo de atuação para o psicólogo, em que a

constituição de vínculos entre profissional e atendido é condição para se buscar o resgate dos laços sociais e a construção de projetos que apontem para a vida extramuros.

Em relação à atuação do psicólogo voltada à produção de documentos escritos, ainda que no âmbito da execução penal, que cumprirá função de prova pericial no julgamento de benefícios ou progressão de regime na execução da pena, esta deve estar pautada pelas diretrizes já construídas pela Psicologia como ciência e profissão. Dessa forma, a atuação do psicólogo no contexto de avaliação psicológica com caráter prognóstico deve se dar a partir da elaboração de avaliação psicológica pericial, com conseqüente elaboração de documento escrito.

A perícia é o exame de situações ou fatos relacionados a coisas e pessoas, praticado por especialista na matéria que lhe é submetida, com o objetivo de elucidar determinados aspectos técnicos (Brandimiller, 1996, p. 25) ou, ainda, no âmbito processual, o meio de prova que consiste em exame, vistoria ou avaliação, visando comprovar fato que dependa de conhecimento técnico ou científico (Art. 421 e 421, CPC, 1992). O objetivo da perícia é subsidiar, dar suporte técnico, oferecer legitimidade a julgamentos e decisões judiciais (Maciel, 2002).

Já a perícia psicológica é uma avaliação psicológica de problemas ou situações que exijam juízo crítico por parte de psicólogos. Normalmente, resultado de uma solicitação ou em resposta a um quesito legal, sua função básica é fornecer subsídios (provas técnicas) que contribuam na decisão judicial (Rovinski, 2004; Cruz & Maciel, 2005).

De acordo com os parâmetros já apresentados para a Avaliação Psicológica (da qual a perícia é uma de suas modalidades), temos evidenciada a contradição posta pelo fundamento e procedimentos do “exame criminológico”, ou mesmo pela elaboração de um “Prognóstico Criminológico”, que aponte se haverá reincidência do sentenciado. Assim, os objetivos da perícia psicológica não coadunam com a finalidade posta pelo exame criminológico, ou seja, à ciência psicológica não se pode imputar uma prática que se proponha à previsão de resultados em relação à predição de reincidência criminal. Diante dos últimos acontecimentos sobre a Resolução nº 09/2010 que teve seus efeitos suspensos dois meses após sua publicação, por recomendação do Ministério Público Federal (Recomendação PRDC/RS nº 01/2010), sob alegação de que *“esvaziam consideravelmente as atribuições funcionais dos psicólogos (...) restringindo o respectivo exercício profissional em prejuízo do regular funcionamento*

do sistema prisional”; que os debates que resultaram na Resolução nº 09/2010, “*se restringiu, via de regra, ao âmbito da referida categoria profissional e foi conduzido pelo próprio Conselho Federal*” (p. 1 e 5), cabe lembrar que a questão para os psicólogos é ética e não jurídica. Conforme nos lembra a manifestação da Pastoral Carcerária Nacional sobre os projetos de lei que visam à reintrodução do exame criminológico, “No estado democrático de direito *não é permitido a devassa da personalidade interior e privacidade de ninguém (art. 5º, X e LXIII, CF 88.)*, bem como desrespeitam, diametralmente, a norma, que cada um pode criminalmente somente responder pelos atos e não por eventuais propósitos. Ademais, representam deste modo “*provas obtidas por meios ilícitos*” (art. 5º, LVI, CF 88). No caso das propostas da obrigatoriedade do exame/parecer criminológico, o preso estaria sendo *tratado como objeto, ferindo a garantia fundamental da dignidade humana (art. 1º, III, CF/88)*, do respeito à integridade física e moral (art. 5º, XLIX, CF/88) e da privacidade (art. 5, X, CF/88). O processo da ressocialização como objetivo central do tratamento e da terapia penal deve partir de uma relação simétrica entre o técnico e o atendido, com base no respeito da liberdade e do direito à privacidade e num consenso livre e na ética do sigilo profissional”.

Além disso, a impossibilidade de auferir a periculosidade do preso e realizar um prognóstico de reincidência está calcada na constatação de obsolescência e superação das teorias da Criminologia Clássica, que concebia o crime um fato anormal, uma expressão de anomalia física ou psíquica, sendo justificada, assim, a busca de causas dessa anomalia na figura do criminoso. No interior das instituições prisionais está caracterizada uma população expropriada dos direitos sociais, num movimento incessante de criminalização das questões sociais, processo que ZAFFARONI (2001) denomina de “culpabilidade por vulnerabilidade”. Cabe, assim, aos operadores do sistema penal compreender o estado de vulnerabilidade do indivíduo que é facilmente criminalizado pelo sistema punitivo, buscando sua reintegração social e a diminuição de sua vulnerabilidade frente a esse sistema penal, por meio da retomada dos laços sociais e garantia de direitos.

4. Compromisso ético-político no exercício da Psicologia: pactuar diretrizes para a atuação do Psicólogo no sistema prisional

Cabe-nos ressaltar que uma profissão de interesse social e comprometida com a promoção e bem-estar deve estar atenta a todos os cidadãos, e deve propor à sociedade o que é necessário para atingir esses objetivos. Nesse contexto, as resoluções e o Código de Ética devem ser balizadores do exercício profissional em todos os espaços em que essa atuação ocorrer, cabendo às autarquias de fiscalização estimular reflexões que considerem a profissão como um todo e não em suas práticas particulares, uma vez que os principais dilemas éticos não se restringem a práticas específicas e surgem em quaisquer contextos de atuação.

Nesse documento listamos alguns aspectos do exercício profissional que se constituem em dilemas éticos em diversos contextos, e, pela especificidade, ganham dimensões complexas no âmbito do sistema prisional:

1. Sigilo profissional: essa é uma face da atuação do psicólogo que sempre o coloca na difícil discussão sobre “os limites e interseções relativos aos direitos individuais e coletivos”. Os parâmetros postos pelo Código de Ética Profissional dão referências para o posicionamento do psicólogo diante de situação da garantia do direito ao sigilo, bem como sobre as informações que podem ser partilhadas para a consecução da atuação quando se trata de indivíduo atendido em instituição e na relação com a Justiça.

2. Compartilhar informações “a quem de direito”: entre os deveres do psicólogo na prestação de serviços, é preciso informar à pessoa a quem se vai prestar atendimento se serão fornecidas, e a quem serão fornecidas, informações sobre o serviço psicológico a ser realizado e os resultados dessa prestação. É também responsabilidade do psicólogo orientar a quem solicita seus serviços psicológicos os encaminhamentos mais apropriados para melhor atender as necessidades de seu cliente e fornecer, sempre que solicitado, os documentos pertinentes ao bom termo do trabalho, conforme prevê o art. 1ª, alínea “h” do Código de Ética Profissional do Psicólogo, a quem de direito sobre os encaminhamentos apropriados (como, por exemplo, a equipe técnica), a partir da prestação de serviços psicológicos, e fornecer, sempre que solicitado, os documentos pertinentes ao bom termo do trabalho. É fundamental, na prática psicológica no sistema prisional estar atento aos direitos da pessoa atendida tal como o direito à entrevista

devolutiva e ao acesso às informações a respeito dos serviços psicológicos prestados, seja na modalidade de acompanhamento, de avaliação e perícia.

3. Observância do Código de Ética Profissional e garantia dos Direitos Humanos

O Código de Ética Profissional do Psicólogo (CEPP), ao tratar DAS RESPONSABILIDADES DO PSICÓLOGO, art. 1º Alínea C diz que se constitui em dever do psicólogo, *“Prestar serviços psicológicos de qualidade, em condições de trabalho dignas e apropriadas à natureza desses serviços, utilizando princípios, conhecimentos e técnicas reconhecidamente fundamentados na ciência psicológica, na ética e na legislação profissional”*; Considerando a realidade da maioria dos estabelecimentos prisionais brasileiros, devemos garantir que a prestação dos serviços psicológicos ocorra atendendo ao previsto no Código de Ética. Cabe-nos, pois, aprofundar sobre quais os parâmetros e os procedimentos necessários para a observância dos pressupostos éticos e técnicos na atuação no sistema prisional, em observância aos tratados internacionais ratificados pelo Brasil.

4. Avaliação Psicológica enquanto exame diagnóstico para subsídio ao desenvolvimento de programa individualizador

Nesse sentido, há uma diferença radical, no que diz respeito ao escopo da atuação profissional, entre o psicólogo que é referência para a assistência psicológica ao preso daquele que atua no papel de perito.

5. Atuação como perito na Execução Penal

É fundamental analisar a possibilidade e validade da perícia psicológica no contexto de prognóstico criminológico. Fica evidente, que a atuação do psicólogo como perito na Execução Penal deve se dar a partir de posicionamento crítico em relação ao exame criminológico (binômio delito-delinquente) e ao caráter prognóstico de reincidência. Cabe-nos, pois, em

consonância ao Art. 2^a, alínea K do Código de Ética, delimitar quais os requisitos (formais e materiais) e, notadamente, (a) como ocorrerá a formação da equipe multidisciplinar para elaboração de perícia, (b) quais os sujeitos autorizados para elaborar esta atividade (no caso, os requisitos para psicólogos serem peritos na Execução Penal), (c) quais os pressupostos necessários (peças de informação) para análise da equipe técnica, (d) qual a forma de realização da perícia e (e) quais as conclusões possíveis a serem apresentadas pelos peritos ao Juizado de Execução Penal.

5. Registro Documental e Prontuário

As diretrizes a serem observadas no registro documental, prontuário e produção de documentos escritos deve ser remeter às legislações do exercício profissional já normatizadas. Os princípios norteadores e as modalidades de documentos descritas na Resolução CFP nº 07/2003 se constituem em balizadores dessa ação. Quanto ao registro documental, deve se constituir como obrigatoriedade, conforme previsto na Resolução CFP nº 01/2009.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

ANTUNES, M A M. *A psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição*. São Paulo: Unimarco Editora/Educ, 1998, 2a ed. 2001.

BRANDIMILLER, P. A. (1996). *Perícia judicial em acidentes e doenças do trabalho*. São

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Cartilha sobre Avaliação Psicológica*. Brasília, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Resolução N.º 007/2003. Manual de Elaboração de Documentos Escritos decorrentes de Avaliação Psicológica*.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Resolução N.º 010/2005. Código de Ética Profissional do Psicólogo*.

CRUZ, R. M. & Rovinski, S. L. R. (2009). *Psicologia Jurídica – perspectivas teóricas e processos de intervenção*. São Paulo: Vetor.

CRUZ, R. M. (1997). *Avaliação Psicológica é fundamental*. Jornal do CRP-12. Ano II, n.21. abr., p.4-5.

CRUZ, R. M. (2004). Parecer e laudo. In: Cruz, R. M.; Alchieri, C.; Sardá Jr., J. J. (2002/2004). *Avaliação e medidas psicológicas: produção do conhecimento e da intervenção profissional*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

CRUZ, R. M., & Maciel, S. K. (2005). Perícia de danos psicológicos em acidentes de trabalho. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 5 (2), 120-129.

Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que institui o Código Penal.

Exposição de Motivos à Lei de Execução Penal

IANNI, Octavio. *Capitalismo, violência e terrorismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

Lei Nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que Institui a Lei de Execução Penal

MACIEL, S. K. (2002). *Perícia psicológica e resolução de conflitos familiares*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. UFSC: Florianópolis.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Diretrizes para atuação e formação dos psicólogos do sistema prisional brasileiro. Brasília, 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário*. Brasília, 2005.

POPOLO, J H. del. *Psicologia Judicial*. Mendonza: Ediciones Juridicas Cuyo, 1996, 475p.

RAUTER, Cristina. *Criminologia e Subjetividade no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

ROVINSKI, S. L. R. (2004). *Fundamentos da perícia psicológica forense*. São Paulo: Vetor.

WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WACQUANT, Loïc. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2003

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Em busca das penas perdidas*, 5ª ed., Revan, Rio de Janeiro, 2001.